



### ESPECIAL

Saiba como foram os Jogos Nacionais da Anamatra em Bento Gonçalves

▶ PÁGINA: 19



### ASSOCIATIVAS

Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho

▶ PÁGINA: 03

# Saúde dos magistrados do Trabalho:

## Anamatra promove pesquisa para traçar perfil da saúde ocupacional dos juízes

A Anamatra realiza, até o mês de dezembro, pesquisa entre os juízes do Trabalho associados à entidade para fazer um diagnóstico da saúde e das condições do exercício profissional dos magistrados da Justiça do Trabalho.

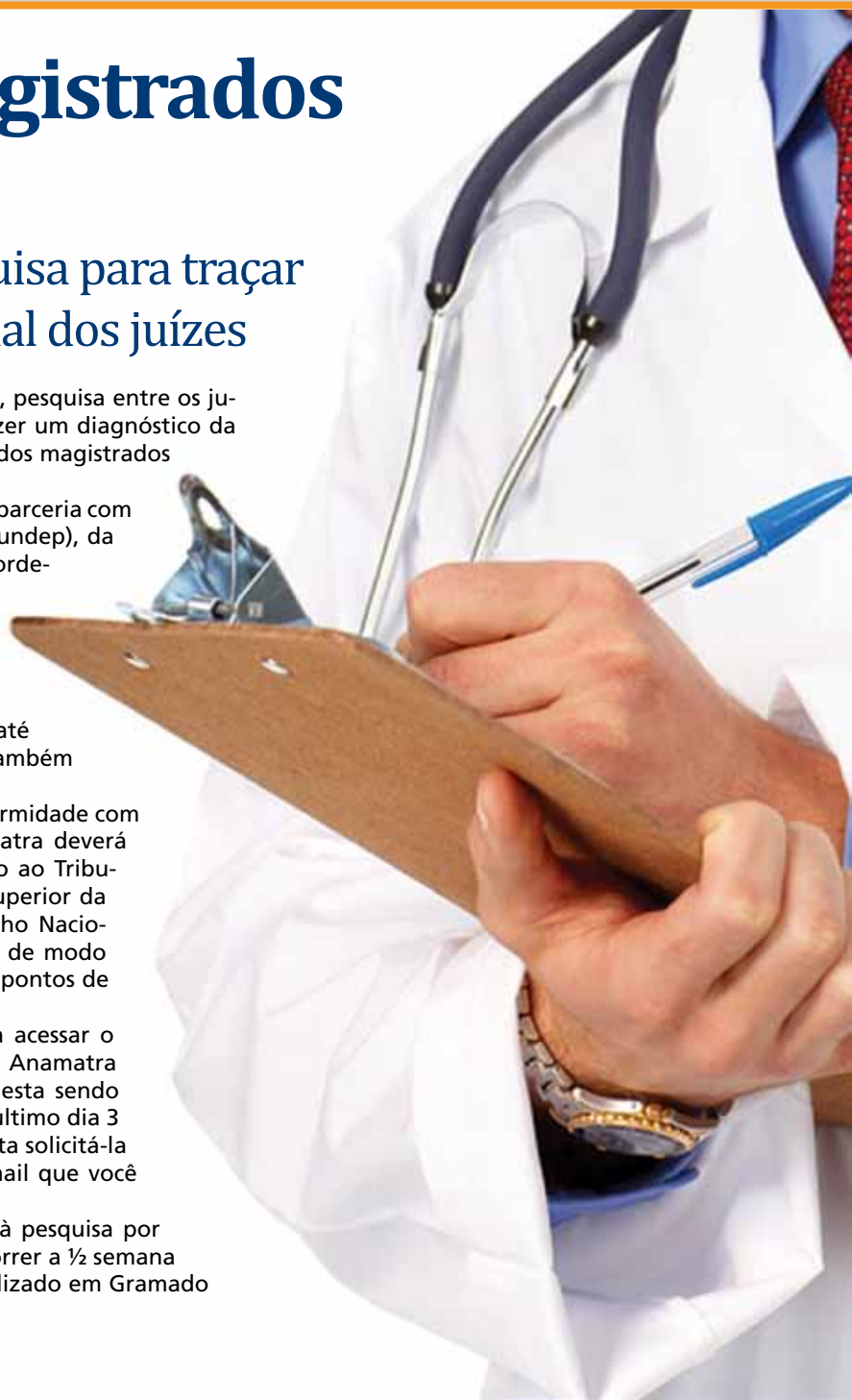
A pesquisa foi elaborada pela Associação em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da professora Ada Ávila Assunção.

Serão avaliados diversos aspectos que podem prejudicar a saúde do magistrado em decorrência do trabalho e das novas tecnologias que vêm sendo adotadas. A estrutura física do local onde trabalha, seja nas Varas e até mesmo nos Tribunais Regionais do Trabalho, também será levada em consideração.

A partir da coleta das informações, em conformidade com os resultados que forem encontrados, a Anamatra deverá encaminhar e propor medidas adequadas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e ao próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como aos associados, de modo a equacionar os possíveis desvios, deficiências e pontos de colapso que eventualmente forem apontados.

Atenção! Para participar da pesquisa, basta acessar o banner disponível na parte superior do site da Anamatra ([www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)), e inserir a senha que esta sendo enviada para os e-mails dos associados desde o último dia 3 de novembro. Caso não receba a sua senha, basta solicitá-la pelo mesmo banner, utilizando para isso o e-mail que você recebe os boletins diários da Anamatra.

**Sorteio** – Os associados que responderem à pesquisa por completo participarão de um sorteio para concorrer a 1/2 semana no Kurotel – Centro de longevidade e SPA, localizado em Gramado (RS). Serão sorteados três pacotes.



## EXPEDIENTE

**PRESIDENTE:** Luciano Athayde Chaves  
(Amatra 21)

**VICE-PRESIDENTE:** Renato Henry  
Sant'Anna (Amatra 15)

**SECRETÁRIA-GERAL:** Maria de Fátima  
Coelho Borges Stern (Amatra 5)

**DIRETOR ADMINISTRATIVO:** Ibrahim Alves  
da Silva Filho (Amatra 6)

**DIRETOR FINANCEIRO:** Antônio Neves de  
Freitas (Amatra 3)

**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:**  
Nélie Oliveira Perbeils (Amatra 1)

**DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS  
JURÍDICOS:** Germano Silveira de Siqueira  
(Amatra 7)

**DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:**  
Ary Marimon Filho (Amatra 4);

**DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:**  
Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira  
(Amatra 9)

**DIRETORA DE EVENTOS E CONVÊNIOS:**  
Carla Reita Faria Leal (Amatra 23)

**DIRETOR DE INFORMÁTICA:** José Ribamar  
Oliveira Lima Júnior (Amatra 10)

**DIRETORA DE APOSENTADOS:**  
Cristina Ottoni Valero (Amatra 2)

**DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS  
HUMANOS:** Gabriel Napoleão Velloso  
Filho (Amatra 8)

**CONSELHO FISCAL:** Eulaide Maria Vilela  
Lins (Amatra 11), Rodrigo Dias da  
Fonseca (Amatra 18) e Nabal Fileti  
(Amatra 12); **SUPLENTE:** Vítor Leandro  
Yamada (Amatra 14)

**CORRESPONDÊNCIAS:**

SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608  
Brasília/DF CEP: 70316-000

Na Internet: [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)

Contato: (61) 3322-0266 / 3321-7388

[imprensa@anamatra.org.br](mailto:imprensa@anamatra.org.br)

**REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS**

**RESPONSÁVEIS:** Mariana Monteiro  
(7859/DF) e Viviane Dias (22651/RJ)

**MARKETING:** Adriana Zetula

**REVISÃO:** Lunde Braghini (MTB 158/93)

**DIAGRAMAÇÃO:** Julio Leitão - 99677291

**IMPRESSÃO:** Mais Gráfica e Editora

**TIRAGEM:** 4.800

## Carta ao associado



Caros colegas,

Publicamos o nosso Jornal nº 134, que traz como destaque, em sua página de abertura, pesquisa que a Anamatra realiza com o objetivo de traçar o perfil da saúde ocupacional dos juizes. Trata-se de uma iniciativa que vem em um momento de grande importância. Chega numa quadra em que se incorporam na formação de servidores e juizes, bem como no planejamento de metas, estranháveis traços de uma linguagem muito presente e aceita na administração privada, cuja orientação é essencialmente voltada para a geração de excedentes e maximização do lucro, e que não se compatibiliza com o real conceito de eficiência que possa ser adotado na administração do Judiciário.

nistrção do Judiciário.

Nesse contexto, a pura e simples importação das normas da gestão privada e de seu vocabulário (termos como "clientes" e "fornecedores", por exemplo, ou a incorporação de programas de qualidade que discriminem e exponham grupos e pessoas segundo parâmetros de produtividade), com o objetivo de promover um suposto "eficientismo" de modulação estritamente quantitativa, em detrimento de ações qualitativas, são caminhos que, a par de lateralizar as preocupações com ambiente de trabalho, encerram o erro fundamental de minimizar preocupações maiores que se deveria ter com a centralidade do elemento humano na construção de uma estrutura saudável e verdadeiramente capaz de dar respostas ao anseio da sociedade de ter um Judiciário rápido na medida do justo e não apenas de uma insuperável rapidez.

A difusão desse tipo de doutrina secundariza as reais necessidades de aprimoramento do Judiciário. Essas necessidades passam pela aplicação de uma política de aperfeiçoamento de magistrados e servidores, é fato, mas obrigatoriamente também por uma vertente que considere a adoção de práticas que possibilitem: corrigir, primeiro, os desníveis do número de juizes em face do número de habitantes; a articulação de uma verdadeira reforma processual (no interesse dos jurisdicionados); a busca do efetivo aparelhamento tecnológico do Judiciário; e, por fim, a adoção de práticas que possibilitem preservar o bem-estar de seus agentes, sem o que as receitas atuais serão absolutamente ineficazes.

A Anamatra, nesse panorama, não tem reconhecido a legitimidade de medidas administrativas (inclusive no âmbito das metas) que construam padrões de produtividade desproporcionais e desprovidos do necessário suporte, inclusive do ponto de vista estrutural, e quer aprofundar, pela ferramenta da pesquisa, uma análise das condições de saúde dos juizes do Trabalho em todo o Brasil, muitos submetidos a uma carga de trabalho bastante expressiva.

Claro que não há conclusão ou diagnóstico antecipado sobre essa questão, mas não se pode esconder o considerável número de magistrados em todo o país, com maior ou menor incidência por região, que se queixam de problemas de ansiedade a doenças osteomusculares e dos aparelhos circulatório e digestivo, só para citar alguns dos casos mais recorrentes, muitas vezes referidos e relacionados com o exercício da atividade profissional em condições extremamente desvantajosas. Nesse sentido, de modo a encontrar o fiel retrato dessa realidade, é fundamental a mais ampla participação dos associados, cujas informações estarão protegidas sob absoluto sigilo junto à instituição pesquisadora (UFMG). A Anamatra espera, assim, a participação de todos para que possamos ter o maior e melhor panorama possível das condições de saúde dos juizes.

Outro destaque de nosso Jornal fica por conta dos Jogos Nacionais da Anamatra, realizados em Bento Gonçalves, evento que se afirma a cada ano no calendário de nossa Associação. Tempo de congraçamento e união genuína, os Jogos sintetizam nas paixões pela competitividade ou apenas no gosto pela participação lúdica o envolvimento dos juizes-atletas nas mais diversas modalidades esportivas.

E o mês de novembro encerra-se com a Jornada Nacional sobre Execução, a se realizar em Cuiabá, nos dias 24 e 26 de novembro. A finalidade é buscar, em um amplo debate, novos consensos que possam surgir como alternativas para a concretização dos direitos estabelecidos na sentença, servindo como fonte de consulta para magistrados, membros do Ministério Público, advogados e bacharéis em Direito, sem comprometer ou vincular, evidentemente, as posições de quaisquer desses agentes que, aliás, poderão apresentar propostas de enunciados a serem debatidos no evento.

Uma boa leitura a todos!  
Saudações.

**Germano Siqueira**  
Diretor de Prerogativas e Assuntos Jurídicos

# JORNADA NACIONAL SOBRE EXECUÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO



**24 a 26 DE NOVEMBRO**  
 HOTEL DEVILLE | CUIABÁ/MT

Firmar um amplo fórum de debate entre os operadores do Direito na Justiça do Trabalho sobre execução no Processo do Trabalho. Esse é o objetivo da Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, evento que a Anamatra promove entre os dias 24 a 26 de novembro em Cuiabá (MT), no hotel Deville.

A Jornada dará a oportunidade para que sejam apresentadas propostas jurídicas (enunciados) com o objetivo de facilitar a execução trabalhista, oferecer alternativas para a concretização dos direitos estabelecidos na sentença e promover a aproximação jurídica entre os vários setores da Justiça do Trabalho.

“O tema de execução tem despertado a atenção e está, inclusive, inserido nas metas de nivelamento do planejamento estratégico do Poder Judiciário elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”, afirma a Comissão Organizadora da Jornada, ao ressaltar que uma dessas metas prevê a redução em pelo menos 10% dos processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, do acervo de execuções fiscais.

“Por toda a relevância que envolve o assunto, é imprescindível que tentemos e façamos um esforço conjunto para encontrarmos soluções para os problemas que envolvem a execução na Justiça do Trabalho e que afetam não somente o andamento dos trabalhos dos magistrados e dos operadores do Direito, mas, sobretudo, o jurisdicionado, que busca na justiça a solução para o seu litígio”, ressaltam os organizadores do evento.

## PROGRAMAÇÃO

### 24/11 - 4ª feira

**8h00:** Início do credenciamento e entrega de material

**9h00:** Solenidade de abertura  
**Local:** Sala Pantanal - Hotel Deville

**10h00:** Conferência “Efetividade da Constituição Federal no Plano do Cumprimento de Sentença e Execução”

**Conferencista:** Humberto Theodoro Júnior  
**Local:** Sala Pantanal

### 10h45: INTERVALO

**11h00:** Painel “Hermenêutica e Fontes do Direito na Execução”

**Painelistas:** Wolney Cordeiro e Estevão Mallet  
**Local:** Sala Pantanal

### 12h30: INTERVALO PARA ALMOÇO

**14h00:** Conferência “Temas Polêmicos na Execução sob a Ótica da Jurisprudência dos Tribunais Superiores”

**Painelistas:** Marcos Neves Fava e Antônio Umberto de Souza Júnior  
**Local:** Sala Pantanal

### 15h00: INTERVALO

**15h30:** Painel “Controvérsias sobre a Execução de Ações Coletivas, Termos de Ajuste de Conduta e Penalidades Administrativas”

**Painelistas:** Héliida Alves Girão, Reginaldo Melhado e Sandoval Alves da Silva  
**Local:** Sala Pantanal

### 25/11 - 5ª feira

**10h00:** Comissões temáticas  
**Local:** salas do térreo e do 1º andar - Hotel Deville

### 12h30: INTERVALO PARA ALMOÇO

**14h00:** Comissões temáticas - continuação  
**Local:** salas do térreo e do 1º andar - Hotel Deville

### 26/11 - 6ª feira

**9h00:** Assembleia geral ordinária  
**Local:** Sala Pantanal

### 12h30: INTERVALO

**15h00:** Solenidade de encerramento  
**Local:** Sala Pantanal

## Portugal sediará 6º Congresso Internacional da Anamatra

Portugal sediará 6º Congresso Internacional da Anamatra. O evento acontecerá em 2011, entre os dias 14 e 18 de março. A programação científica do evento já está sendo fechada e contará com palestrantes conhecidos no mundo jurídico internacional, como os juristas Antoine Garapon e Jorge Miranda.

O evento conta com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da Universidade de Coimbra, por intermédio do Centro de Estudos Sociais – CES, do Centro de Estudos Jurídicos – CEJ, da Associação Sindical de Juizes Portugueses (ASJP), da Embaixada Brasileira, entre outros.

O diretor de formação e cultura da Anamatra, Fabrício Nogueira, e a diretora de eventos e convênios,



Carla Leal, estiveram no mês de outubro na capital portuguesa, Lisboa, ocasião em que se reuniram diversas instituições portuguesas.

Durante os encontros, os magistrados pediram apoio na intermediação das visitas ao Supremo Tribunal de Justiça e ao Congresso de Tribunais Portugueses, bem como sugestão de locais para realização de parte do Congresso. Também foram abordados na reunião aspectos do funcionamento da justiça portuguesa, a exemplo da forma de indicação dos ministros.

Assim como aconteceu na realização da última edição, as vagas serão limitadas e distribuídas a todas as Amatras, de forma proporcional ao número de associados. O conteúdo científico, a programação e as informações sobre as inscrições já estão disponíveis no site da Anamatra – [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br). *A*

## ALJT empossa novos dirigentes

A Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho (ALJT) elegeu e empossou, no dia 6 de setembro, os novos dirigentes que comandarão a entidade no biênio 2010/2012. O vice-presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou da solenidade.

A eleição foi realizada por chapa única, encabeçada pelo juiz Oscar Zas, da Argentina. "Agradeço a colaboração recebida pela Anamatra durante a existência da ALJT e espero que a relação entre as duas entidades se consolide e aprofunde cada vez mais", disse Oscar Zas em mensagem enviada ao presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, para comunicar a posse dos novos diretores.

Para o juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, que presidiu a entidade na gestão anterior, os últimos anos foram especialmente profícuos para a agremiação. "Muito foi feito por seu desenvolvimento e por sua afirmação", afirmou, ressaltando a importância da colaboração dos demais membros da diretoria – Nanci Corrales, Maria Madalena Telesca, Mario Elffman, Oscar Zas, Manuel Herrera – e do

Foto: Arquivo ALJT



Conselho Consultivo e Fiscal, Paulo Luís Schmidt, Julia Odella, Luís Raffagheli e Ivan Campero Villalba.

"Também não é demais afirmar que a ALJT não existiria se não tivesse sido sonhada por Mario Elffman e, depois, por Antônia Mara Loguercio, sonho generosamente partilhado comigo e com outros companheiros, como Grijalbo Coutinho, que, que nos permitiu, como entusiastas seguidores, levar adiante a tarefa de transformá-lo em realidade", ressaltou.

Para Hugo Melo Filho, transmitir a presidência da ALJT ao juiz Oscar Zas é motivo de alegria e realização para todos os que fizeram a entidade. "Oscar reúne todas as qualida-

des para liderar este notável grupo de dedicados dirigentes, destacados líderes da magistratura de seus respectivos países e que, não por acaso, integram a prestigiosa nominata, aclamada por nossos associados", finalizou.

Conheça os novos dirigentes da ALJT:

### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Oscar Zas, Argentina.  
 Vice-Presidente: María Madalena Telesca, Brasil.  
 Secretário-Geral de Organização e Finanças: Luis Raffaghelli, Argentina.  
 Diretora de Valorização e Prerrogativas dos Juizes do Trabalho: Julia Mirian Odella Feijó, Uruguai.  
 Diretor de Cultura e Defesa do Direito do Trabalho: Alvaro Flores Monardes, Chile.  
 Conselho Consultivo e Fiscal  
 Alma de Buongermini, Paraguai.  
 Silvana Gianero, Uruguai.  
 Bráulio Gabriel Gusmão, Brasil.  
 Roberto Carlos Pompa, Argentina.  
 Ivan Campero Villalba, Bolívia.  
 Manuel Ramón Herrera Carbuccia, República Dominicana.

## Diretoria e Conselho de Representantes da Anamatra reúnem-se em Bento Gonçalves

A Diretoria Executiva e o Conselho de Representantes da Anamatra – composto de um representante de cada Amatra e presidido pelo presidente da entidade nacional –, reuniram-se no dia 7 de outubro no Hotel Spa do Vinho, em Bento Gonçalves (RS), cidade da Serra Gaúcha que sediou os Jogos Nacionais da Anamatra de 8 a 11 de outubro.

Os magistrados discutiram assuntos de interesse da magistratura trabalhista, a exemplo do orçamento da Justiça do Trabalho, da Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que dispõe sobre o Planejamento Estratégico para o Poder Judiciário, e das atividades que vem sendo conduzidas pela entidade na defesa das prerrogativas dos magistrados e da sociedade como um todo.

Também foi pauta dos dois encontros o Congresso Internacional da Anamatra, que a entidade realizará entre os dias 14 e 18 de março de 2011, em Portugal. *A*



Foto: Arquivo Anamatra



## TV Anamatra exhibe entrevistas inéditas

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lélío Bentes, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Felipe Locke e o secretário da reforma do Judiciário, Marivaldo Pereira, foram os entrevistados do mês de outubro na TV Anamatra.

Nas entrevistas, eles falaram sobre diversos assuntos, entre eles a importância das normas internacionais do trabalho para os magistrados, a necessidade da simetria constitucional das carreiras da magistratura e do Minis-

tério Público, bem como os projetos do 2º Pacto Republicano de Estado por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo.

A íntegra das entrevistas já está disponível na TV Anamatra. Para acessar a programação, basta clicar na tv localizada ao lado direito da página inicial de nosso portal – [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br), ou no menu principal, localizado ao lado esquerdo da tela. *A*



Fotos: Arquivo Anamatra

## Anamatra promove 4ª edição do Encontro Nacional dos Diretores de Prerrogativas da Magistratura Trabalhista

A Anamatra promoveu, no dia 21 de outubro, o 4º Encontro Nacional de Diretores de Prerrogativas da Magistratura Trabalhista, na sede da Amatra 7, em Fortaleza (CE). Os participantes debateram as estruturas dos diversos tribunais, para conhecer e diagnosticar a organização interna dos órgãos administrativos e judiciários.

“Mesmo sem dados completos já é possível ver que a dinâmica organizacional dos tribunais atualmente é completamente diversificada da multiformatada, o que se explica pela ausência do órgão centralizador de controle administrativo, como o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que foi criado com a Emenda Constitucional 45”, disse o diretor de prerrogativas da Anamatra, Germano Siqueira.

Ainda para o diretor de prerrogativas, “essas estruturas diversas e às vezes injustificadamente contraditórias entre elas, considerando-se os 24



Foto: Arquivo Anamatra

tribunais regionais do Trabalho, inclusive do ponto de vista da lotação, brigam com o princípio da eficiência e comprometem a boa gestão, o que sacrifica, na ponta, o atendimento ao jurisdicionado e a melhor estrutura

à área-fim do Judiciário”. “Daí a importância de atos como a resolução 63, que já em janeiro estará em pleno vigor, permitindo aos tribunais adaptações que, como visto, já tardam”, justificou Siqueira. *As*

### JUDICIÁRIO

## Anamatra discute planejamento estratégico do Poder Judiciário

Com o objetivo de participar ativamente da construção das propostas do planejamento estratégico do Poder Judiciário, dirigentes da entidade estiveram no dia 28 de outubro em Brasília no 3º Workshop de Gestores das Metas do Poder Judiciário.

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou da abertura do evento. Os trabalhos que transcorreram ao longo de todo dia foram acompanhados

pelos juízes Gabriel Napoleão Velloso Filho e Eulaide Lins, integrantes da Comissão de Estudos de Planejamento Estratégico e Metas do Judiciário, formada pela entidade para estudar o tema.

O evento teve como objetivo divulgar, preliminarmente, os resultados das metas prioritárias deste ano, fazer um levantamento de ações sugeridas para a atuação do CNJ a partir de 2011, bem como discutir as metas prioritárias para o próximo ano.

“A participação da Anamatra foi bastante positiva, tendo em vista que muitas propostas da entidade foram amplamente discutidas e acolhidas”, afirmou o presidente da Anamatra, ao lembrar que a Comissão de Estudos elaborou documento pugnando, por exemplo, pela adoção de metas estruturais obrigatórias para os tribunais, e fornecimento de meios estruturais e servidores. *As*

## Vice-presidente da Anamatra reúne-se com ministro Brito Pereira para falar sobre Ato nº 107 do CSJT

O vice-presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, reuniu-se no dia 29 de setembro com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho João Batista Brito Pereira, para tratar do pedido da Associação de revisão do Ato nº 107/2009 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A norma dispõe sobre o pagamento de diárias aos magistrados do Trabalho.

Para a Anamatra, o ato nº 107/2009 do CSJT viola a regulamentação maior contida na Resolução nº 73 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito de todo o Poder Judiciário, que possui caráter normativo e vinculante.

A Anamatra acrescenta, ainda, que o pagamento de diárias está previsto na Lei nº 8.112/1990, além de existirem critérios objetivos e taxati-

vos para o pagamento das mesmas, não podendo haver restrições nessa concessão, tampouco a redução ou supressão do pagamento de diárias com base em hipóteses fáticas não previstas em lei.

### PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

O pedido de providências elaborado pela Anamatra pede a reformulação do ato no CSJT. No entanto, em março deste ano, o Conselho entendeu que seria mais prudente que o assunto fosse resolvido pelo CNJ, nos termos do pleito similar também feito pela Anamatra ao órgão, em fevereiro.

Já no CNJ, o requerimento da Anamatra teve pedido de liminar indeferido pelo relator, conselheiro



Foto: Arquivo Anamatra

Walter Nunes, que entendeu que a matéria deveria ser apreciada, em caráter conclusivo, pelo Plenário do CNJ. No plenário, o pedido não foi conhecido, o que levou a matéria novamente ao CSJT. *A*

## Anamatra entregará ao CNJ sugestões de metas prioritárias para o Poder Judiciário



Foto: Arquivo Anamatra

A Comissão de Estudos de Planejamento Estratégico e Metas do Judiciário, reuniu-se no dia 22 de setembro na sede da Anamatra em Brasília e finalizou proposta com sugestões para metas prioritárias alternativas para 2011. O documento será entregue ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Anamatra também pedirá ao Conselho que seja assegurada a participa-

ção da entidade na discussão e eleição das metas, com direito a assento e voz nesse procedimento.

O documento da Anamatra tem como ideia central a eleição, como política para a definição das metas prioritárias de 2011, de uma meta específica para cada um dos 15 objetivos estratégicos, a fim de que seja assegurada, quantitativamente, a propor-

cionalidade de metas entre os vários objetivos estratégicos.

Para o juiz Alessandro Tristão (Amatra 15/Campinas e Região), integrante da Comissão, atualmente há uma nítida desproporcionalidade em favor de apenas um dos temas do planejamento estratégico, que é a eficiência operacional, cujos objetivos estratégicos são contemplados com mais de 50% das metas prioritárias. "Por outro lado, não existem metas para os objetivos estratégicos de temas importantes como Acesso ao Sistema de Justiça, Responsabilidade Social, Alinhamento e Integração e Orçamento", alerta o magistrado.

Também participaram da reunião o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, Rubens Curado (Amatra 10/DF e TO) e os integrantes da comissão Gabriel Velloso Filho, diretor de cidadania e direitos humanos, Ana Cláudia Scavuzzi (Amatra 5/BA), Virginia Bahia (Amatra 6/PE) e Manoel Veloso Sobrinho (Amatra 16/MA). *A*

## Juízes do Trabalho participam do Seminário Justiça em Números

Integrantes da Comissão de Estudos de Planejamento Estratégico e Metas do Judiciário da Anamatra e juízes do Trabalho gestores de diversos Tribunais do país participaram do Seminário Justiça em Números – Indicadores do Poder Judiciário, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos dias 23 e 24 de setembro. Durante o encontro, foram debatidos os dados do Judiciário relativos ao ano de 2009 pelos magistrados, membros do Ministério Público e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A abertura do evento foi feita pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Cezar Peluso, que apresentou relatório com estatísticas do Judiciário e destacou que o desafio aos gestores da Justiça é o uso desses dados para o planejamento de políticas judiciais com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional. “O evento tem como objetivo sensibilizar e despertar os integrantes dos diversos órgãos do sistema Judiciário sobre a importância dos dados estatísticos como instrumento de planejamento, gestão e



Foto: Arquivo Anamatra

avaliação de desempenho”, disse.

O Seminário também proporcionou aos participantes uma comparação da realidade do Judiciário brasileiro com a dos Estados Unidos e União Europeia. Foram apresentadas as estatísticas dos Estados Unidos, pela presidente do National Center for State Courts, Mary Campbell McQueen, e pelo dirigente do Texas Court System, Carl Reynolds; o relatório de avaliação do sistema judiciário europeu por Barbara Scherer, assessora da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça; relatórios sobre a Justiça das Américas, por Juan Enrique Vargas, do Centro de Estudos de Justiça das Américas;

e sobre o uso das estatísticas no aprimoramento da Justiça, por Ildelfonso Villan Criado, do Conselho Geral do Poder Judiciário Espanhol e representante da Cumbre Judicial Iberoamericana.

### NÚMEROS

A programação do seminário dedicou-se também a analisar os dados do relatório Justiça em Números. Nele, a Justiça do Trabalho manteve a posição

de destaque como o ramo com menor taxa de congestionamento do Poder Judiciário, registrando um percentual de 49% contra 71% de congestionamento global da Justiça brasileira.

Apesar desse fato positivo, os números relativos à fase de execução apontam que o 1º grau teve, em 2009, taxa de congestionamento de 66,8%. Comparativamente à fase de conhecimento, o congestionamento na execução é 78% maior. Para se ter uma ideia, dos quase 2,9 milhões de processos que ingressaram na primeira instância trabalhista, 26,1% foram na fase de execução, sendo que os casos pendentes nessa fase somaram 65,5%. *A*

## Anamatra discute no CNJ campanha de combate à

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e o diretor de direitos humanos, Gabriel Napoleão Velloso Filho, participaram no dia 20 de outubro de reunião no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir parceria com a Polícia Rodoviária Federal e as associações de magistrados e do Ministério Público para promover ações de sensibilização e medidas práticas de combate à exploração sexual infantil nas estradas brasileiras, bem como a outros crimes praticados nas rodovias, como corrupção, tráfico de drogas e armas.

Para o conselheiro Paulo Tamburini, idealizador da iniciativa, a ideia do CNJ é proteger as pessoas e evitar a judicialização. “Vamos sensibilizar a sociedade em relação a esses graves problemas existentes nas estradas brasileiras, além de criar uma rede, para que as pessoas tenham conhecimento sobre os fatos e disponham de um canal



## Indicação de diretor de secretaria é prerrogativa do juiz de 1ª grau

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) julgou procedente, nos termos do voto da relatora, conselheira Morgana Richa, na sessão do dia 28 de setembro, procedimento de controle administrativo, formulado pela Anamatra e pela Amatra 7 (CE), no qual as entidades contestam o regimento interno do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região no que tange a indicação de diretor de secretaria. O vice-presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e o diretor de prerrogativas e assuntos jurídicos, Germano Siqueira, acompanharam a sessão.

No TRT da 7ª Região, dispositivo do regimento interno permite que os diretores de secretaria, indicados pelos juízes de 1º grau, possam ser destituídos ou exonerados de seus cargos a qualquer tempo, seguindo critério de confiança e entendimento pessoal da presidência do Tribunal. A norma permite ainda que seja vetada a indicação de nomes por parte da presidência, seguindo os mesmos critérios.

“O servidor deve ser de confiança do juiz e não do presidente”, afirmou o advogado Alberto Pavie, ao fazer sustentação oral pelas duas entidades no dia 31 de agosto, data de início do julgamento do pedido, adiado por um pedido de vista. Na ocasião, as duas entidades defenderam também a prerrogativa da presidência do Tri-



bunal apenas para nomear o indicado, restando os casos de veto apenas quando houver alguma ilegalidade da indicação.

Para o diretor de prerrogativas e assuntos jurídicos da Anamatra e presidente da Amatra 7, Germano Siqueira, a decisão do CNJ complementa orientação anterior, que já constava de sua jurisprudência, deixando claro o dever de observância dos parâmetros da legalidade.

“Não há lugar, à luz do art. 37 da Constituição Federal, para vetos indefinidos e imotivados das indicações dos juízes, muito menos para exonerar servidores já nomeados sem causa justa e sem sequer ouvir os magistrados envolvidos na dinâmica do ato complexo”, alerta o magistrado, ressaltando que essa conduta seria até perigosa em certas estruturas administrativas em que nem sempre se privilegia o mérito. *A*

## exploração sexual infantil nas rodovias brasileiras

para denunciá-los à Polícia Rodoviária Federal”, explicou, ao ressaltar que a ideia é que seja firmado um termo de cooperação para trabalhar na prevenção e combate a esses crimes.

“Essa parceria de divulgação pode multiplicar a ideia de que muitos que ganham com a exploração sexual infantil podem ser condenados por dano moral social”, afirmou Luciano Athayde, ao lembrar decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região em ação coletiva que resultou na condenação de pagamento de R\$500 mil para um grupo acusado de pagar por sexo com meninas de 12 a 17 anos na Paraíba.

Para o presidente da Anamatra, a iniciativa do CNJ de agregar todos os segmentos do Judiciário na campanha, bem como o Ministério Público e a segurança pública, é louvável. “É necessária uma atuação profilática e não só de combate”, sugeriu o magistrado, que colocou à disposição

do Conselho a TV Anamatra para veiculação dos vídeos que devem ser produzidos sobre o tema.

Além de campanhas de sensibilização, o projeto prevê ações práticas de repressão nas estradas e capacitação dos agentes policiais. A Polícia Rodoviária Federal já mapeou quase dois mil pontos em toda a malha rodoviária brasileira considerados vulneráveis à exploração sexual de jovens. A ideia é intensificar o trabalho nessas regiões, com agentes capacitados e ações de inteligência, para reduzir a incidência desses crimes. Além da Anamatra, a iniciativa do CNJ com a PRF conta com o apoio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação dos Juizes Federais (Ajufe).

\* Com informações do CNJ *A*

# CSJT reconhece viabilidade de pagamento de indenização de férias a magistrado em caso de aposentadoria

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em sessão realizada na manhã do dia 22 de outubro, ratificou decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de reconhecer a viabilidade jurídica do pagamento de indenização de férias ao magistrado em caso de aposentadoria, comprovada a impossibilidade de gozo até o desligamento do quadro da magistratura. Apesar de o Tribunal de Contas da União entender que é

preciso limitar este pagamento a dois períodos de férias, o CSJT admitiu, ainda, a não limitação a dois períodos.

Para o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, o entendimento do CSJT, assim como foi o do CNJ, é positivo, a partir do momento em que prestigia o direito do magistrado. "O acúmulo de serviço muitas vezes faz com que os magistrados não possam usufruir de suas férias e esse direito não pode ser perdido", afirmou.

Em seu relatório, o conselheiro Renato de Lacerda Paiva ressaltou a



Foto: Ascom/TST

importância de se fazer consulta ao CNJ para que o órgão se manifeste sobre a vedação ou não de cumulação de mais de dois períodos de férias e a conversão em pecúnia. "Nesse sentido, a Anamatra já está atuando devidamente para mostrar o equívoco do entendimento do TCU, que tem interpretado literalmente a Lei Orgânica da Magistratura a respeito da matéria, desconsiderando o contingente administrativo e o interesse público que cerca a atividade judicante", relatou Luciano Athayde.

imperiosa necessidade do serviço.

No entendimento do CNJ, se o indeferimento do pedido de férias for acima do limite de 60 dias estabelecido pela Loman, a indenização não se limitará apenas aos dois períodos, caso o não gozo tenha sido decorrente da imperiosa necessidade do serviço. Além de se aplicar à aposentadoria por invalidez ou a pedido, conforme solicitado nos processos, o Conselho estendeu a regra também para aposentadoria compulsória e por morte. *At*

CNJ

## CNJ adia novamente decisão sobre critérios de remoção no TRT 12

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) continuou, na sessão do dia 19 de outubro, julgamento de Procedimento de Controle Administrativo (PCA) da Anamatra que visa suspender os efeitos da Resolução nº 99/2009 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), por afronta aos critérios de remoção por antiguidade.

A conselheira Morgana Richa, que havia pedido vista da matéria no dia 28 de setembro, votou de forma divergente do relator, conselheiro Paulo Tamburini, deferindo o pedido da Anamatra. Após o voto da conselheira, novamente a

decisão foi suspensa por novo pedido de vista, desta vez do conselheiro Walter Nunes.

A Anamatra pretende suspender os 2º e 4º da Resolução do próprio TRT, que estabelecem, respectivamente, que "o juiz do trabalho titular deverá permanecer em efetivo exercício por pelo menos dois anos na Vara em cuja titularidade tenha sido investido por remoção ou permuta" e que "inexistindo juiz do trabalho habilitado na forma dos artigos anteriores, a vaga será preenchida por promoção".

A Associação entende que a resolução afronta dispositivo de lei e da própria Constituição e consolida ile-

gítima limitação ao exercício do direito de remoção no âmbito do TRT de Santa Catarina.

CSJT

A Resolução também foi objeto de pedido similar da Anamatra, protocolado junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que foi julgado improcedente pela maioria, restando vencidos o presidente do Conselho, ministro Moura França, o vice-presidente, ministro João Oreste Dalazen, e o ministro Brito Pereira, que votaram a favor do pedido formulado pela Anamatra. *At*

# Valor ECONÔMICO

## Artigo do presidente da Anamatra é destaque no jornal Valor Econômico

*O jornal Valor Econômico publicou na edição do dia 15 de outubro, na editoria de "Legislação & Tributos", artigo de autoria do presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, sobre o relatório "Justiça em Números", divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).*

*No artigo, o magistrado destaca, em especial, que os bons números da Justiça do Trabalho refletem o empenho dos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho, e a preocupação que o Judiciário Trabalhista vem conferindo ao planejamento estratégico, em especial no que se refere às metas de nivelamento estabelecidas pelo CNJ.*

*Luciano Athayde também ressalta a necessidade de uma reflexão acerca de como essa celeridade da prestação jurisdicional deve estar alinhada com a observância da essência do objetivo do Judiciário Trabalhista, que é o de efetivar entrega do direito – reconhecido na decisão – ao seu destinatário final. Nesse sentido, o presidente da Anamatra analisa a dissonância entre as duas fases do processo do Trabalho, insistindo em um necessário diálogo institucional no âmbito da Justiça do Trabalho para o enfrentamento desse desafio, que não pode ser meramente estatístico.*

*Confira a íntegra do texto:*

## Os números da Justiça do Trabalho

\*Por Luciano Athayde Chaves

A Justiça do Trabalho continua sendo o ramo mais célere do Poder Judiciário. É o que aponta o relatório Justiça em Números, divulgado há pouco tempo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Enquanto a taxa de congestionamento global da Justiça brasileira foi de 71% em 2009, o indicar relativo aos órgãos da Justiça do Trabalho foi de 49%. A taxa mede os processos que ainda não foram resolvidos, ou seja, encontram-se pendentes de solução ao seu destinatário final: o jurisdicionado, para usar uma expressão da linguagem forense.

As estatísticas positivas da Justiça do Trabalho são certamente resultado do empenho dos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho, que vêm envidando todos os esforços com o objetivo de entregar ao jurisdicionado uma tutela adequada, buscando sempre atender o princípio constitucional da duração razoável do processo.

Afora isso, a oralidade e concentração de atos resultantes do procedimento judicial trabalhista, mercê do impulso oficial que rege sua dinâmica, são fortes aliados na obtenção daquele diagnóstico estatístico.

Os resultados demonstram, por outro lado, a preocupação que a Justiça do Trabalho vem conferindo ao planejamento estratégico, em especial no que se refere às metas de nivelamento estabelecidas pelo CNJ.

O último relatório do planejamento estratégico, que trouxe o resultado do ano de 2009, mostrou que a Justiça do Trabalho cumpriu com destaque a mais polêmica das metas, que estabelecia o julgamento dos processos distribuídos até dezembro de 2005. Nela, a Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus também ficou à frente do índice global de 58,79% de cumprimento, registrando o percentual de 93%, o que equivaleu a 98.364 processos julgados até fevereiro do ano passado. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) também mostrou resultado positivo, com 91% de cumprimento da Meta 2, correspondente a 50.828 processos julgados.

No balanço desses resultados, compreendos agora lançar uma reflexão acerca de como essa celeridade da prestação jurisdicional deve estar alinhada com a observância da essência do objetivo do Judiciário Trabalhista, que é o de efetivar entrega do direito – reconhecido na decisão – ao seu destinatário final.

Com efeito, o balanço da Justiça em Números permite concluir que ainda subsiste uma assimetria entre a produtividade da fase de conhecimento do processo, que resulta na sentença, e aquela dedicada a sua efetivação, quando necessário. Essa última, a do cumprimento da sentença ou execução, além de ser revestida de maior complexidade, pois depende da viabilida-

de patrimonial do devedor, continua a merecer maior atenção.

A Justiça do Trabalho de 1º grau teve no ano passado uma taxa de congestionamento de 66,8% na fase de execução, percentual 78% maior em comparação à fase de conhecimento. Dos quase 2,9 milhões de processos que ingressaram na primeira instância trabalhista, 26,1% foram na fase de execução, sendo que os casos pendentes nessa fase somaram 65,5%.

Analisando os números do ano de 2008, podemos verificar que o estoque dessa segunda fase vem aumentando, já que naquele ano o índice de congestionamento atingia 59,6%. Em parte, o aumento desse estoque pode ser explicado pelo regime de metas de nivelamento implementado no Poder Judiciário. O aumento da eficiência na primeira fase por resultar na elevação dos níveis de processos pendentes de execução.


Esse problema de equilíbrio no avanço das duas fases passou a ocupar a agenda do planejamento do Poder Judiciário a partir deste ano de 2010, quando a execução também passou a integrar um dos objetivos do regime de metas (Meta 3).

Uma das prioridades deste ano é reduzir, em pelo menos 10%, o acervo de processos na fase de cumprimento da sentença ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais. E isso para a Justiça do Trabalho é um desafio a ser enfrentado.

Na seara da dissonância entre as duas fases do processo do Trabalho, tenho insistido em um necessário diálogo institucional no âmbito da Justiça do Trabalho para o enfrentamento desse desafio, que não pode ser meramente estatístico. Antes, devemos encontrar meios e condições para que o magistrado do Trabalho possa efetivamente se dedicar à execução, de modo a impulsionar, com mais eficiência, controle e qualidade, os feitos na fase de execução que se mostrem viáveis sob o ponto de vista patrimonial.

Até mesmo as modernas ferramentas eletrônicas de localização de bens e penhoras on-line demandam um tempo razoável do juiz na sua concretização, tempo atualmente bastante reduzido - ou muitas vezes indisponível -, diante dos níveis de produtividade já consolidados na fase de conhecimento.

Por isso, é fundamental que o regime de metas, no particular, passe por um amplo diálogo, em ordem a viabilizar mudanças na segunda fase da caminhada processual, a exemplo da oferta de condições de trabalho e estímulo adequados para os magistrados nela atuarem, bem como de revisão da atual estrutura e gestão de pessoas.

Se a estrutura procedimental da Justiça do Trabalho a faz a mais célere entre os ramos do Judiciário, muito mais há que se fazer quanto à efetividade da execução. Se por um lado devemos comemorar os resultados obtidos, precisamos, por outro, nos lançar ao desafio de equilibrarmos a cadência processual na Justiça do Trabalho. Ganharão, com isso, a Justiça, o juiz e, principalmente, a sociedade. 

LUCIANO ATHAYDE CHAVES é juiz do Trabalho na 21ª Região (RN) e presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

## Anamatra prestigia homenagem a ministros aposentados do TST

Foto: Arquivo Anamatra



O vice-presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 28 de setembro da homenagem do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aos ministros aposentados Rider Nogueira de Brito e José Luciano de Castilho Pereira. Sant'Anna estava acompanhado do presidente da Anamatra 10 (DF e TO), Gilberto Martins.

Durante a solenidade, os dois ministros relataram suas histórias de vida, antes e depois da atividade judicante. Rider de Brigo e Luciano de Castilho receberam a medalha Prêmio Comemorativo de 50 Anos de Serviços prestados à administração pública, concedida pelo ministro da Justiça.

Durante a solenidade, houve também o descerramento da foto do ex-presidente ministro Rider Nogueira de Brito na Galeria de Retratos dos Presidentes do TST. *A*

## Presidente da Anamatra recebe dirigentes da Aliança de Controle ao Tabagismo

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, recebeu a presidente da Aliança de Controle ao Tabagismo (ACT), Paula Johns, no dia 5 de outubro. Na ocasião, Paula Johns pediu o apoio da entidade na luta contra o fumo passivo no ambiente de trabalho. A ACT solicitou que a Anamatra ingresse como *amicus curiae* em quatro ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) contra leis antifumo nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. A Aliança já foi aceita nas ações para manifestar seu posicionamento a favor da constitucionalidade das leis.

Luciano Athayde afirmou que irá analisar as Adins, bem como consultar a Diretoria da entidade para verificar a possibilidade de atender ao pleito da ACT. "O assunto não é tratado como a possível causa de doença ocupacional, como o câncer e as demais doenças respiratórias, por isso demanda um apro-

fundamento. Aqui no Brasil, ainda estamos no início da caminhada", afirmou o magistrado, ao ressaltar que os avanços no país são nítidos, enquanto lá fora o problema parece recrudescer.

"Infelizmente algumas associações estão fazendo barulho, tentando provar que as leis antifumo nos estados têm impacto econômico, mas os próprios comerciantes, donos de bares e restaurantes, admitem que não houve diminuição nenhuma nos lucros. Além disso, os garçons estão muito felizes por trabalharem num ambiente saudável", alega

Paula. "A Procuradoria-Geral da República já deu parecer favorável na Adin nº 4.306 pela constitucionalidade da lei antifumo no Rio de Janeiro", completou a presidente da ACT.

Uma das bandeiras levantadas pela ACT na defesa da lei antifumo é em relação à saúde das pessoas que trabalham em lugares de lazer, já que são obrigadas a ficar expostas à fumaça durante todo o cumprimento da carga horária. "Temos a preocupação com a saúde do trabalhador. Primeiro, quanto ao ambiente de trabalho ser saudável. E em segundo em relação ao que oferecer como tratamento ou alternativa ao vício àquele trabalhador fumante", afirmou Paula.

Foto: Arquivo Anamatra



### A ACT

A ACT é uma organização não governamental engajada no combate ao tabagismo e na diminuição dos impactos sanitário, social, ambiental e econômico gerados pela produção, consumo e exposição à fumaça do cigarro. *A*

# Presidente da Anamatra participa da abertura da 10ª Mostra Nacional de Trabalhos de Qualidade do Poder Judiciário

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou na noite do dia 19 de outubro da abertura da 10ª Mostra Nacional de Trabalhos de Qualidade do Poder Judiciário no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Promovido este ano pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a mostra tem como objetivo reunir magistrados e gestores dos 91 tribunais brasileiros para avaliar o progresso das boas práticas de qualidade nos órgãos do Judiciário.

“O Judiciário tem que se planejar. Nós temos que nos reinventar e construir outras soluções para os nossos problemas”, disse Luciano Athayde. “Não depende somente da reforma legislativa ou de incremento de orçamento, mas também de inovação no ofício judicante. Esta mostra tem capacidade de revelar e propagar estas boas práticas”, completou, acrescentando que dos 16 trabalhos selecionados para a mostra sete são da Justiça do Trabalho, o que demonstra a capacidade de gestão judicial e planejamento.

Ao abrir a mostra, o presidente do TST, ministro Milton de Moura França, agradeceu a presença de todos e afirmou que o evento tem como objetivo, também, “congregar to-

dos os tribunais brasileiros”. “Idealizada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, esta iniciativa pioneira chegou ao Judiciário Trabalhista na nona edição, quando foi realizado no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Agora, o CSJT foi escolhido para reunir os 91 tribunais do País”, explicou o ministro, que disse, ainda, que o evento visa apresentar trabalhos que objetivem a melhoria da prestação jurisdicional.

Também participaram da cerimônia o ministro do TST Lélío Bentes Corrêa, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha e a procuradora-geral da União Helia Bettero, representando a Advocacia-Geral da União. Do mesmo modo, prestigiaram o evento o vice-presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna, o diretor de direitos humanos da Associação, Gabriel Napoleão Velloso, e o diretor de assuntos legislativos da entidade, Ary Marimon Filho.

## PALESTRA INAUGURAL

O ministro do TST Lélío Bentes Corrêa foi o responsável por proferir a palestra inaugural da 10ª Mostra Nacional de Trabalhos de Qualidade do Poder Judiciário. Ele destacou a importância da agilidade no Judiciário sem deixar de lado a qualidade da prestação jurisdicional. “A prestação afobada da Justiça certamente implica em injustiças”, alertou.

Ao falar sobre a importância do compromisso de juizes e servidores com a sociedade, não só em relação à prestação jurisdicional, Bentes elogiou a iniciativa da Anamatra de levar noções dos direitos trabalhistas aos cidadãos. “O programa Trabalho, Justiça e Cidadania da Anamatra quebra aquele abismo que separa a sociedade da Justiça e acima de tudo dá ao juiz a oportunidade de humanizar-se”, frisou. *A*



## TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA

### TJC fará balanço de suas atividades no Rio Grande do Sul

Nos dias 2 e 3 de dezembro, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, acontecerá a quinta edição do Encontro Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). O objetivo do evento é reunir representações de todas as Amatras para avaliação das ações realizadas durante o ano, para intercâmbio entre as experiências, aperfeiçoamen-

to e sensibilização, no sentido de promover a aplicação do Programa.

Durante o encontro, os coordenadores irão conhecer e prestigiar o trabalho feito nas Escolas do Núcleo de Santa Maria pela Amatra 4 (RS), na culminância do Programa, que será realizada no segundo dia do encontro, além de um show de cultura gaúcha. *A*

## Amatra 1 fala sobre o TJC no 3º Encontro Nacional das Ouvidorias

Foto: Ascom/Amatra 1



As coordenadoras nacional e regional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), juízas Eliete Telles e Luciana Gonçalves, participaram, no dia 17 de setembro, do 3º Encontro Nacional das Ouvidorias da Justiça do Trabalho, no TRT/RJ. Na ocasião, foram apresentados os objetivos e a dinâmica do Programa, mostrando a importância da trans-

ferência de conhecimentos de Direito para os jovens que entrarão no mercado de trabalho.

Em 2010, onze escolas participaram do Programa, cada uma desenvolvendo o tema dentro de metodologia própria. Em novembro, acontecerão as apresentações finais dos trabalhos. A expectativa é de que os alunos se vejam motivados e sejam multiplicadores do que será aprendido, o que vem acontecendo desde o início da implementação do programa, em 2005.

De acordo com a juíza Luciana Gonçalves, o TJC não se limita apenas às atividades realizadas nas escolas, também sendo desenvolvido por meio do convênio firmado entre a Anamatra, a Amatra1 e a Fundação Roberto Marinho, que permite a participação de magistrados no quadro O Povo Pergunta, do Jornal Futura, quando telespectadores tiram suas dúvidas sobre as lides que envolvem o Direito do Trabalho.

“Mais do que ensinar o Direito do Trabalho, o TJC contribui para a aproximação do Judiciário com a sociedade, além de promover a conscientização dos cidadãos”, ressaltou a magistrada. *A*

## TJC ganha 180 multiplicadores em Salvador

O esforço de mobilização das Diretorias Regionais de Educação 1A e 1B e dos gestores de 34 colégios estaduais de Salvador e Região Metropolitana resultou na participação de nada menos que 180 professores no primeiro dia do Seminário de Formação de Multiplicadores do programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC), realizado no dia 21 de setembro, no Instituto Anísio Teixeira (IAT).

O evento, promovido pela Amatra 5 (BA) e pela Secretaria Estadual de Educação (SEC), contou com a presença de diversos parceiros do Programa e também de juizes do Trabalho de outras Regiões.

“Tantos agradecimentos mostram que a Amatra 5 não está sozinha nesta tarefa. Sabemos que a educação é a base de tudo e não existe educação sem o professor”, afirmou a presidente da Amatra 5, Viviane Leite, ao agradecer o apoio que a implementação do TJC na Bahia vem recebendo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT5) e do Ministério Público do Trabalho da 5ª Região(MPT5).

“A rede estadual é extensa, tem mais de 1,2 milhão de alunos, mas ainda que os alunos atendidos sejam uma



Foto: Arquivo Amatra 5

pequena amostra desse universo, acreditamos que parcerias como o TJC vão se somando para se transformar numa grande ação”, declarou a diretora de educação básica da Secretaria Estadual de Educação, Célia Tanajura Machado, que também esteve presente ao evento, ao lado das juízas Soraya Gesteira, coordenadora Regional do TJC, e Rosemeire Fernandes, integrante da Comissão Nacional do Programa.

O encontro também contou com apresentação artística da Orquestra

Infanto-Juvenil Cirandando Brasil. Ao todo, foram realizadas nove palestras durante os dois dias de seminário.

### ITAPETINGA

O Programa também chegou à Itapetinga, a 570km de Salvador. Alunos de oito escolas da cidade iniciaram a fase final do programa com uma série apresentações artísticas (culminâncias) programadas entre os dias 21 de outubro e 11 de novembro. *A*

## Amatra 15 assina convênio para aplicação do Programa em Piracicaba (SP)

Foto: Arquivo Amatra 15



A Amatra 15 assinou no dia 8 de outubro, em evento na Câmara de Vereadores de Piracicaba, termo de cooperação com a Diretoria Regional de Ensino de Piracicaba, para a realização do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania em 64 escolas da região. O presidente da Amatra XV, juiz Flávio Landi, o desembargador Lorival Ferreira dos Santos, diretor da Escola Judicial do TRT-15, e a juíza

Adriene Sidnei de Moura David Diamantino, coordenadora do programa na 15ª Região, participaram da cerimônia de assinatura do termo.

A coordenadora do programa na 15ª Região, juíza Adriene Diamantino, falou sobre o sucesso do projeto piloto que se desenvolve na Escola Estadual Maria de Lourdes Silveira Cosentino, no distrito de Santa Terezinha, em Piracicaba, com a capacitação de professores e realização de encontros para discutir temas ligado à cidadania. Entre as atividades do programa estão a realização de palestras nas escolas, distribuição de cartilhas e guias de assistência jurídica gratuita, visitas dos alunos ao Poder Judiciário, simulação de audiências e julgamentos – todos, instrumentos de integração que têm mostrado excelentes resultados.

Também prestigiaram o evento, o juiz Wander Pereira Rossete Junior, diretor do Fórum da Comarca de Piracicaba, o Procurador do Trabalho Fábio Kosaca, representando a Procuradoria da 15ª Região, o gerente Antenor Jesus Varola, do Ministério do Trabalho, e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo locais.

De acordo com o presidente da Amatra 15, os professores são as peças-chave do programa. “São eles que irão levar o conhecimento aos alunos, que se tornarão agentes divulgadores em suas casas e suas comunidades, difundindo informações sobre o Direito, fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis”, afirmou Landi. *A*

## TJC atingirá crianças e jovens do Ceará

O programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) chegou ao estado do Ceará. A iniciativa da Anamatra, que leva noções dos direitos trabalhistas e de cidadania a crianças e jovens, foi apresentada durante um almoço no dia 22 de outubro, quando se reuniram mais de 40 magistrados trabalhistas, juízes de Direito, representantes do Ministério Público do Trabalho e da Advocacia-Geral da União, bem como membros de outros segmentos da sociedade cearense, entre eles coordenadoras do ensino profissionalizante da Secretaria de Educação.

O diretor de Direitos Humanos da Anamatra, Gabriel Napoleão Velloso Filho, esteve presente no encontro e, além de detalhar o TJC, destacou o caráter voluntário e solidário desta ação da magistratura, concretizada no Programa desenvolvido pela Anamatra desde 2004. Além disso, o vídeo institucional do programa foi exibido para os presentes. O presidente da Amatra 7 (CE) e diretor de prerrogativas e assuntos jurídicos da



Foto: Amatra 7 (CE)

Anamatra, Germano Siqueira, também falou sobre o TJC aos participantes.

Na oportunidade, a juíza cearense Kelly Porto, responsável por coordenar o TJC na Amatra 7, iniciou a formação do núcleo de trabalho, explicando aos presentes mais detalhes sobre o desenvolvimento do Progra-

ma no Ceará. Magistrados do interior manifestaram desejo de levar a iniciativa às regiões onde ficam localizadas suas Varas.

O próximo passo do Programa no Ceará será a definição de um calendário da Secretaria de Educação do Estado para a realização do curso de formação dos professores. *A*

## Anamatra e Unesco discutem parceria para disseminar Programa Trabalho, Justiça e Cidadania

Foto: Arquivo Anamatra



Expandir o máximo possível o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) é o objetivo da Anamatra. Para isso se concretizar, o diretor de cidadania e direitos humanos da entidade, Gabriel Napoleão Velloso Filho, acompanhado da coordenadora da Comissão Nacional do Programa, Eliete Telles, e do membro da Comissão Gustavo Vieira foram até a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no dia 27 de outubro para apresentar a iniciativa.

Os magistrados foram recebidos pelos coordenadores do Setor de Educação, Paolo Fontani, e do Setor de Ciências Humanas e Sociais, Fábio Eon. O encontro visou uma possível parceria entre as duas entidades para dis-

seminar as noções de cidadania previstas na iniciativa da Associação.

“As associações de magistrados fugiram do corporativismo de só defender seus direitos para também lutar, defender, aumentar os direitos sociais”, disse Eliete. “No TJC usamos uma linguagem bem acessível direcionada tanto para crianças quanto para jovens que estão ingressando no mercado de trabalho”, completou Gustavo. “A educação serve para efetivar a transformação social”, garantiu Velloso Filho.

Além de explicar como funciona a Anamatra, o diretor de direitos humanos revelou aos coordenadores da Unesco que o TJC, embora tenha foco nos direitos trabalhistas, também agrega noções de outros direitos fundamentais. “É um Programa aberto que permite desenvolver e trabalhar outros temas nas escolas, como violência doméstica, bullying, direitos do consumidor e estatutos da criança, adolescente e do idoso”, afirmou.

---

### PARCERIA

---

Ao final da reunião, ficou acertado que será feito o esboço de um memorando para que a Anamatra e a Unesco firmem uma parceria para trabalharem juntas no maior número de ações e temas que for possível. “Achei o material interessantíssimo. Acho que podemos pensar num acordo técnico”, anunciou o coordenador de Ciências Humanas e Sociais da Unesco. “Podemos pensar em pontos de convergência e temas comuns para elaborar uma frente de trabalho”, completou. *A*

## Comissão Nacional do TJC reúne-se com conselheiro do CNJ

Foto: Arquivo Anamatra



Inserir o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) nas iniciativas ligadas aos direitos humanos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com esse objetivo o diretor de cidadania e direitos humanos da entidade, Gabriel Napoleão Velloso Filho, acompanhado da coordenadora da Comissão Nacional do Programa, Eliete Telles, e do membro da Comissão Gustavo Vieira reuniram-se no dia 27 de outubro com o conselheiro Paulo Tamburini. O conselheiro coordenou, juntamente com outros membros, os projetos Casa da Justiça e Cidadania e Nossas crianças.

Durante o encontro, os magistrados e o conselheiro discutiram a importância do engajamento

dos juízes nas ações de promoção de cidadania, como previsto na Resolução nº 70 do Conselho. Um dos principais assuntos tratados foi a participação dos juízes e procuradores do Trabalho na campanha que o CNJ lançará juntamente com a Polícia Rodoviária Federal para promover ações de sensibilização e medidas práticas de combate à exploração

sexual infantil nas estradas brasileiras. (Leia mais na página 8)

---

### TJC

---

Durante o encontro, o conselheiro recebeu uma pasta com material institucional do TJC e informações sobre os bons resultados do Programa, que já atingiu cerca de 50 mil estudantes e trabalhadores em todo o Brasil. Tamburini foi convidado para participar do 4º Encontro Nacional do Programa TJC, que será realizado nos dias 2 e 3 de dezembro, em Santa Maria (RS), e aceitou o convite. Ele propôs uma reunião sobre a nova campanha do CNJ durante a realização do evento. *A*



## Amatra 10 formaliza convênio com Senac

A Amatra 10 formalizou no dia 28 de setembro, em cerimônia realizada na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), convênio para aplicação do Programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC) nas escolas técnicas do órgão, bem como nas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Gestores e professores do Senac e do Senai de diversas regiões do Distrito Federal (DF) estiveram presentes à ocasião, quando puderam conhecer um pouco mais do Programa com a apresentação do vídeo institucional e distribuição do material didático do TJC, a exemplo da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos.

Foto: Arquivo Amatra 10



“Queremos que as pessoas entendam que a justiça e o Estado não são lugares apenas para resolver conflitos, mas sim conscientizá-las de seus direitos”, afirmou o presidente da Amatra 10, Gilberto Martins. Para o magistrado,

a sociedade deve entender que o Direito do Trabalho existe a favor dela. “Ele vai na contramão do sistema econômico vigente e da desigualdade social”, completou o magistrado.

Para o juiz Leador Machado, da Vara do Trabalho do Gama, cidade-satélite onde o programa-piloto está sendo implantado, e coordenador do Programa na Amatra 10 (DF e TO), o TJC cumpre o papel de humanizar o Poder Judiciário. “Queremos atingir as pessoas que estão se preparando para o mercado de trabalho. Nada mais irresistível do que algo que chega no tempo certo. E acho que o tempo certo para o TJC aqui no DF é este”, ressaltou. *A*

## Coleprecor conhece Programa TJC

Representantes da Anamatra apresentaram, no mês de outubro, o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) no Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor). “Foi mais uma conquista significativa para o reconhecimento da importância e da adequação do programa

aos objetivos do Poder Judiciário de hoje”, disse a coordenadora nacional do TJC, Eliete Telles.

A coordenadora do Coleprecor, Eneida Melo, cedeu 30 minutos da reunião do Colégio para que os magistrados da Anamatra pudessem explicar como funciona o programa TJC. “Pedimos apoio dos tribunais para o

programa, incentivando e possibilitando a participação de juizes e servidores”, contou Eliete.

Todos os presidentes e corregedores dos tribunais regionais do Trabalho que estavam presentes na reunião assistiram ao vídeo institucional do TJC, bem como receberam uma pasta com o material do programa. *A*

## Anamatra e OIT discutem ações conjuntas contra discriminação dos portadores do HIV/AIDS no local de trabalho

Foto: Arquivo Anamatra

O diretor de cidadania e direitos humanos da Anamatra, Gabriel Napoleão Velloso Filho, acompanhado da coordenadora da Comissão Nacional do programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), Eliete Telles, e do membro da Comissão Gustavo Vieira se reuniram no dia 27 de outubro com a oficial de Projeto para HIV/Aids e o Mundo do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ana Lúcia Monteiro.

A reunião teve como objetivo principal discutir a intenção de lançar uma campanha, da Anamatra em parceria com a OIT, para efetivar recomendação, aprovada neste ano durante a Conferência Internacional do Trabalho, que visa trabalhar a temática da



Aids no local de trabalho, e que recomenda, ainda, que haja envolvimento dos juizes do trabalho e operadores de Direito. “Dos 186 países participantes da Conferência, apenas quatro não aprovaram a recomendação”, destacou Ana Lúcia.

Os representantes da Anamatra concordaram que é preciso e positivo seguir a recomendação da OIT, esclarecendo, inclusive, que a temática do combate a todo e qualquer

tipo de discriminação já é tratada em uma parte da Cartilha do Trabalhador. “Também podemos trabalhar com as escolas da magistratura trabalhista em todas as regiões do Brasil para disseminar entre os magistrados a aplicação dessa recomendação, bem como outras normas internacionais da OIT”, disse Velloso Filho.

Gustavo Vieira aproveitou a oportunidade para apresentar o vídeo institucional do programa TJC, além de convidar a OIT para participar do Encontro Nacional do Programa, que acontecerá nos dias 2 e 3 de dezembro, em Santa Maria (RS). “Acho muito importante os jovens aprendem promoção e acesso ao Direito”, completou a oficial da OIT”, afirmou Ana Lúcia. *A*



## Conheça os vencedores do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2010

Os membros do Conselho de Representantes da Anamatra escolheram, no dia 11 de novembro, os vencedores do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos. Eles receberão estatueta inspirada no "Cilindro de Ciro" e prêmio em dinheiro no valor líquido de R\$ 8 mil. A cerimônia de premiação acontecerá no dia 8 de dezembro, em Brasília.

Na categoria Instituição, a vencedora foi a presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Estrela (RS), Ligia Beatriz Hoss, com o projeto "Inclusão da pessoa com deficiência mental no mercado de trabalho: viabilizando acesso e demonstrando potencialidades".

O projeto "Cordel do Trabalho", elaborado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) com o apoio da Amatra 13, venceu na categoria Judiciário Cidadão. O responsável pelo trabalho é José Vieira Neto.

Já na categoria Imprensa, três reportagens serão premiadas. Na subcategoria Televisão, o jornalista Wendell Rodrigues da Silva levará o troféu pela série de reportagens "Juventude Vendida", veiculada pela TV Correio, afiliada da Rede Record na Paraíba.

Dentre os trabalhos de internet e rádio selecionados, venceu a matéria "Esquema abastece mercado ilegal de ambulantes", transmitido pela Gazeta AM de Santa Cruz do Sul (RS) e sob responsabilidade de José Renato da Silva Freitas Andrade Ribeiro.

Por fim, a revista Caros Amigos cujo tema foi "Agronegócio escraviza milhares de trabalhadores no campo – capital paulista abriga escravidão" foi a grande vencedora da subcategoria Impresso (Jornal e Revista). Lúcia de Fátima Rodrigues Gonçalves é a responsável pela publicação.

Confira abaixo os vencedores em cada categoria/subcategoria.

### CATEGORIA – INSTITUIÇÃO

Projeto: Inclusão da pessoa com deficiência mental no mercado de trabalho: viabilizando acesso e demonstrando potencialidades

Participante: Ligia Beatriz Hoss (presidente da Apae – Estrela)

Resumo: O projeto fundamenta-se na necessidade de colocação, no mercado de

trabalho, de alunos com deficiência mental da Apae de Estrela. Desde 2006, conta com uma equipe multidisciplinar que vem trabalhando com as famílias, realizando contato com empresas da região, enviando perfil dos alunos e promovendo atividades para desmistificar a deficiência. O objetivo é mostrar o potencial desta parte da população que encontra tantos preconceitos quanto a sua capacidade para inclusão no mercado de trabalho.

### CATEGORIA – JUDICIÁRIO CIDADÃO

Projeto: Cordel do Trabalho  
Participante: José Vieira Neto

Resumo: O Cordel do Trabalho divulgou direitos do trabalhador em emissoras de rádio do estado da Paraíba, inclusive as comunitárias, usando a literatura de cordel. O rádio e o cordel são inerentes à alma do povo nordestino, estão nas suas raízes e nos seus corações. Ao lançar um projeto traduzindo a linguagem do Direito Trabalhista para o repente e massificando essa divulgação pelas ondas do rádio, o TRT da Paraíba promoveu cidadania e realizou ações concretas de garantia e promoção de direitos humanos nas relações de trabalho.

### CATEGORIA IMPRENSA: SUBCATEGORIA – TELEVISÃO

Matéria: Série Juventude Vendida  
Veículo: TV Correio (afiliada da Rede Record na Paraíba)

Responsável: Wendell Rodrigues da Silva  
Resumo: Série de reportagens feita a partir de um trabalho de campo de três meses em diversas regiões da Paraíba. O objetivo foi mostrar a realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes no estado. O objetivo dos repórteres foi sensibilizar o telespectador a denunciar e repudiar a prática.

### CATEGORIA IMPRENSA: SUBCATEGORIA – INTERNET E RÁDIO

Matéria: Esquema abastece mercado ilegal de ambulantes

Veículo: Gazeta AM

Responsável: José Renato da Silva Freitas Andrade Ribeiro

Resumo: A reportagem apresenta uma rede ilícita que transforma jovens em reféns. Ameaças e dívidas alimentam o esquema que obriga a viagens

sem condições de dignidade humana e trabalho abusivo, em um sistema ilegal que atravessa o país.

### CATEGORIA IMPRENSA: SUBCATEGORIA – IMPRESSO (JORNAL E REVISTA)

Matéria: Agronegócio escraviza milhares de trabalhadores no campo – capital paulista abriga escravidão

Veículo: Revista Caros Amigos

Responsável: Lúcia de Fátima Rodrigues Gonçalves


Resumo: A reportagem questiona porque até hoje pessoas são submetidas a condições análogas a de escravos no Brasil. A bancada ruralista no Congresso Nacional é apontada como uma das forças que impede a erradicação desse flagelo no campo. Os parlamentares ruralistas atuam há anos para impedir, por exemplo, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 438, que prevê o confisco de terras dos escravagistas, para a realização da reforma agrária. A reportagem mostra que não é só no campo que o trabalho escravo faz suas vítimas. A prática criminosa atinge a indústria de confecção na capital paulista.

### Menção honrosa

A Comissão de Direitos Humanos da Anamatra decidiu conferir menção honrosa a um trabalho da categoria "Judiciário Cidadão".

Projeto: Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque

Participante: João José Rocha Targino

Resumo: A Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque é um projeto social gerido pela Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC). Idealizado pelo juiz de Direito João José Rocha Targino, o programa, em funcionamento há quatro anos, visa a inclusão social de crianças carentes através da música. A comunidade escolhida é o Coque, um dos bairros mais violentos e de menor Índice de Desenvolvimento Humano de Recife. Atualmente, a Orquestra atende gratuitamente 130 jovens, entre 5 e 17 anos. Os alunos recebem aulas de instrumentos de corda, percussão, teoria musical, flauta doce e canto coral. 



## Bento Gonçalves-RS

JOGOS NACIONAIS DA ANAMATRA 2010

**V**inhos, vinícolas e um clima frio, porém acolhedor, foram o cenário dos Jogos Nacionais em Bento Gonçalves (RS). Entre 8 e 11 de outubro, a Serra Gaúcha recebeu cerca de 300 magistrados, acompanhantes e familiares pra competir em diversas modalidades esportivas. “Tenho toda a certeza de que voltaremos para nossos lares e para ao nosso ofício motivados pelo reencontro com os colegas de várias regiões e pelo cultivo de sentimentos nobres que exercitamos aqui, como a amizade, o respeito ao próximo e o espírito de equipe”, disse o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, no encerramento dos Jogos.

Para o anfitrião desta edição dos jogos, o presidente da Amatra 4 (RS), Marcos Fagundes Salomão, a competição foi um sucesso e as paisagens e a receptividade da Serra Gaú-

cha contribuíram para o conagraçamento e descontração dos juizes-atletas e seus acompanhantes. “Agrademos a presença de todos e desejamos que carreguem a boa impressão da hospitalidade e carinho com que recebemos vocês”, disse.

### Turismo

Além de desfrutar de momentos regados a saúde e alegria, os magistrados que participaram das competições também puderam descansar e curtir os pontos turísticos da região. O passeio da Maria Fumaça pela cidade e adjacências foi o preferido entre os visitantes, além, é claro, das dezenas de vinícolas onde foi possível conhecer todo o processo de fabricação de vinhos e espumantes, desde a colheita das uvas nas parreiras.





## Corrida

# Chuva, subidas e descidas não in- participantes da Corrida Rústica



## 5km

A chuva que caía nas primeiras horas da manhã não intimidou os corredores que participaram da Corrida Rústica de 5km no Hotel Villa Michelin, localizado no Vale dos Vinhedos, a poucos quilômetros da cidade. Mais de 50 juízas, juizes e familiares enfrentaram o obstáculo de descer e subir em um percurso rodeado por árvores e a paisagem típica da Serra Gaúcha. O melhor tempo foi do juiz da 12ª Região (SC) Luciano Paschoeto, que pela oitava vez venceu uma corrida dos Jogos Nacionais da Anamatra.

“Esta é a minha 11ª medalha de ouro dentre 14 que já ganhei nas edições dos Jogos que participei. E o objetivo é aumentar este número”, disse Paschoeto, que marca as medalhas em seu tênis de corrida. A respeito do segredo para vencer tantas vezes, o medalhista conta que treina diversas vezes por semana sob orientação de um personal trainer. “Além disso, concilio o treino com outras atividades e também com a família”, disse o juiz, pai de um filho de 1 ano e outro de 3.



Dentre as mulheres com até 39 anos o primeiro lugar foi preenchido pela paulista Erika Szeptor (Amatra 2 – SP). “Participo de maratonas e corro quatro vezes por semana, além de nadar duas vezes”, conta a magistrada, que com a vitória nesta edição conquistou o tricampeonato na categoria nos Jogos Nacionais.

Thereza Nahas (Amatra 2) e Luiz Alves (Amatra 9) foram os vencedores na categoria para corredores com mais de 40 anos. Assim como os outros dois vencedores, a trajetória dos magistrados, que estão sempre entre os finalistas dos Jogos Nacionais, é marcada por treinamento e disciplina. “Ganhar é sempre muito bom”, comemorou Luiz Alves, que treina cinco vezes por semana. Nahas revelou que a vitória foi especial. “Este ano tive pouco tempo para treinar e lesões. Foi uma superação”.



# timidam

## 10km

Belas paisagens recheadas com parreirais foram o cenário do percurso da corrida rústica de 10 km disputada também no Hotel Michelin. Os vencedores da prova de 5 km, disputada no dia anterior, repetiram o bom desempenho. No masculino, Luiz Alves (Amatra 9/PR) venceu na categoria mais de 40 anos e Luciano Paschoeto (Amatra 12/SC) na modalidade até 40 anos. Já no feminino, Thereza Nahas (Amatra 2/SP) foi a campeã na categoria mais de 40 anos e Erika Szpekto (Amatra 2/SP) na categoria até 40.

O primeiro a cruzar a linha de chegada foi o juiz paranaense Luiz Alves. Ele completou a prova em 39 minutos e 13 segundos. "Estou muito feliz. Foi o melhor tempo que já fiz até hoje na vida", entusiasmou-se o magistrado. O juiz catarinense Luciano Paschoeto chegou 40 segundos depois de Alves e levou, mais uma vez, a medalha de ouro em sua categoria nos Jogos Nacionais da Anamatra. "Foi um percurso muito difícil, mas muito bonito e gostoso de correr. Todos estão de parabéns", disse Paschoeto.

Assim como Paschoeto, a juíza de São Paulo Erika Szpekto, vencedora na categoria até 40 anos, achou a prova difícil. "Foi um percurso muito difícil, ainda mais para mim, que vou agora seguir para a prova da natação", relatou a atleta que, com essa vitória, sagrou-se tricampeã da corrida de 10 km dos Jogos Nacionais. A magistrada terminou a prova em 46 minutos e 29 segundos.

A juíza Thereza Nahas, também da Justiça do Trabalho paulista, saiu da prova cansada, mas satisfeita com a vitória na categoria para atletas com mais de 40 anos. "À hora que fiquei sabendo que havia tantas subidas, me assustei", contou a atleta, que correu os 10 km em 54 minutos e oito segundos.

## Vôlei de Praia

# Anfitriões fazem dobradinha no vôlei de praia

Os gaúchos fizeram dobradinha no vôlei de praia. As duplas Daniel Nonohay e Wilson Carvalho Dias e Julieta Neta e Silvana Guglieri, da Amatra 4 (RS), ficaram com a medalha de ouro nas categorias masculina e feminina, respectivamente.

Apesar de estar satisfeito com o primeiro lugar, Daniel disse que o melhor da competição foi a interação com os colegas magistrados. "Foi um torneio muito disputado, mas o que valeu mais foi a confraternização entre as equipes".

Para Silvana, a vitória tem gosto de superação. "Foi um desafio, pois passei seis anos sem treinar", conta. "Foi muito divertido, principalmente pelo conagraçamento com colegas de diversas partes do país", completou a juíza.

As duplas Ednaldo Lima e Jefferson Genta (Amatra 2/SP) e José Artur Tprres e Clóvis Barbosa (Amatra 13/PB) ficaram, respectivamente, em segundo e terceiro lugares. Já na categoria feminina, Liliane Souza e Ana Cristina Lima (Amatra 6/PE) e Danielle Monteleone e Fernanda Woodhead (Amatra 12/SC) ficaram, respectivamente, em segundo e terceiro lugares.





## Padel

# Inovação nos Jogos, Padel agrada torcida e tem final gaúcha

A final do até então desconhecido padel – parecido com o squash, porém disputado em quadra aberta – foi disputadíssima. Os juízes gaúchos Ary Marimon e Daniel Nonohay derrotaram, em jogo decidido no *tie break*, os também integrantes da Amatra 4 (RS) Janaína Saraiva e Rubens Fernando. O placar terminou em 10 a 5. A torcida, curiosa em descobrir os mistérios da modalidade esportiva, assistiu a tudo atenta e entusiasmada.

“Fico feliz que as duas duplas gaúchas chegaram à final. Foi um jogo maravilhoso entre amigos”, afirmou Nonohay, que pratica o padel há 5 anos e treinou com seu parceiro Marimon cerca de seis meses para os Jogos Nacionais da Amatra.

Em terceiro lugar ficou a dupla catarinense Gilmar Carvaneri e Luiz Carlos Roveda (Amatra 12/SC). Ao todo, participaram da modalidade de oito duplas.



## Tênis

# Torcida lota arquibancada nas finais de tênis

## Individual feminino e masculino

Os tenistas da Amatra 2 (SP) fizeram dobradinha no topo do pódio do tênis individual. Meire Sakata e Ricardo Motomura conquistaram o bicampeonato na categoria. Sakata disputou a final contra a gaúcha Rubiane Assis. Já Motomura venceu o também gaúcho Rogério Fernandes. “Foi uma honra jogar contra uma tenista da casa”, destacou Sakata, que também afirmou ter ficado feliz com o crescimento do número de tenistas nos Jogos Nacionais da Amatra.



Motomura, que participou de todas as edições dos Jogos até agora, falou de sua alegria com a participação da torcida da Amatra 2, que segundo ele ajuda na concentração e motivação. “O nível dos tenistas vem melhorando a cada edição. Esta final foi difícil, vencida com a cabeça”, disse, ao reconhecer a força física do adversário.

As medalhas de bronze ficaram com Cristiane Marinho (Amatra4/RS) e Jony Poeta (Amatra 12/SC).

## Dupla

Em uma disputa emocionante, que levantou as torcidas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, gaúchos e catarinenses disputaram a final do tênis de dupla. O desempate chegou a uma parcial de 12/10 com a vitória dos juízes da Amatra 12 (SC) Jony Poeta e Luiz Roveda, tradicionais atletas da modalidade nos Jogos Nacionais, sobre a dupla gaúcha Rogério Fernandes e Rosiul Azambuja. A terceira colocação ficou com a dupla Glenner Stroppa (Amatra 1/RJ) e Ricardo Motomura (Amatra 2/SP)



“Foi emocionante, sensacional. Destaco, em especial, a imensa participação da torcida. Foi um jogo muito bonito e com ética de todos que participaram da quadra”, afirmou Roveda.



## Natação

# Após dias nublados, sol aparece para juízes nadadores



400, 200, 100 e 50 metros. As quatro provas de natação dos Jogos Nacionais da Amatra reuniram um expressivo número de juízes-atletas e seus acompanhantes. O tempo fresco de Bento Gonçalves deu lugar ao sol, que acompanhou os atletas durante toda a manhã de competição. A torcida também não ficou de fora e esteve presente até o final das provas.

## Confira os primeiros colocados nas provas:

### 400 metros

#### Masculino

Sérgio Sampaio (Amatra 2)  
Ricardo Jahn (Amatra 4)  
Elton Salles Filho (Amatra 12)

#### Feminino

Danielle Monteleone (Amatra 12)  
Erika Szeptor (Amatra 2)  
Patrícia Santana (Amatra 12)

### 200 metros

#### Masculino

**Até 39 anos**  
Márcio Inada (Amatra 24)  
Guilherme Zambrano (Amatra 4)  
João Felipe Santana (Amatra 12)

#### Mais de 40 anos

Sérgio Sampaio (Amatra 9)  
Ricardo Jahn (Amatra 4)  
Roberto Zonta (Amatra 4)

#### Feminino

Izabel Amorim (Amatra 2)  
Thereza Nahas (Amatra 2)  
Patrícia Santana (Amatra 12)

### 100 metros

#### Masculino

**Até 39 anos**  
Leonardo Ely (Amatra 24)  
Elton Salles Filho (Amatra 12)  
Guilherme Zambrano (Amatra 4)

#### Mais de 40 anos

Roberto Zonta (Amatra 4)  
Sérgio Massaroni (Amatra 12)  
Roberto Guglielmetto (Amatra 12)

#### Feminino

Danielle Monteleone (Amatra 12)  
Adriana Aguiar (Amatra 1)  
Érika Szeptor (Amatra 2)

### 50 metros

#### Masculino

**Até 39 anos**  
Márcio Inada (Amatra 24)  
Álvaro Maia (Amatra 2)  
Jader Souza (Amatra 8)

#### Mais de 40 anos

Sérgio Massaroni (Amatra 12)  
Roberto Guglielmetto (Amatra 12)  
João Scalco (Amatra 12)

#### Feminino

**Até 39 anos**  
Izabel Amorim (Amatra 2)  
Andrea Pasold (Amatra 12)  
Carla Janaina (Amatra 6)

#### Mais de 40 anos

Thereza Nahas (Amatra 2)  
Adriana Aguiar (Amatra 1)  
Cristina Araujo (Amatra 4)



## Dominó

# Em clima de confraternização, Bahia leva ouro no dominó

Duas duplas da Amatra 5 (BA) disputaram a final do dominó. Em clima de descontração, os baianos Gilber Santos e Júlio César Massa venceram por um placar de 3x0 os colegas de Região Arnóbio Pereira e Murilo Carvalho. O bronze ficou com os catarinenses Jony Poeta e Adailto Nazareno.

“Foi a vitória da descontração, o entrosamento da Bahia fez a diferença. A final do dominó refletiu o clima dos Jogos Nacionais da Anamatra, que não é de competição, é de confraternização”, afirmou o juiz Júlio César Massa ao comemorar o ouro.



## Tênis de Mesa

# Ceará e São Paulo con

Cearenses e paulistanos conquistaram o ouro no tênis de mesa, em duas finais e mantiveram o favoritismo na modalidade nos Jogos Nacionais da Anamatra. A juíza da Amatra 2 (SP) Carolina Pacífico conquistou o ouro, tornando-se bicampeã do tênis de mesa. Francisco Fortuna, da Amatra 7 (CE), também repetiu o sucesso de anos anteriores e agora é tricampeão dos Jogos Nacionais da Anamatra na modalidade.

A magistrada confessou que só joga uma vez por ano nos Jogos Nacionais. “É muito bacana estimular a prática de esportes entre os juízes”, afirmou Carolina, ao registrar que este ano o torneio foi mais difícil.

Francisco Fortuna falou de sua alegria com a vitória e afirmou que tem verificado que a cada ano o nível dos atletas se eleva. “Foram jogos difíceis, mas isso valoriza ainda mais a vitória”, disse o magistrado que treina a modalidade cerca de quatro vezes por semana, participa de outros torneios e foi o terceiro colocado, por duas vezes, no campeonato cearense de tênis de mesa.

As medalhas de bronze na categoria ficaram com os juízes Silvana Guglieri (Amatra 4/RS) e Jader de Souza (Amatra 8/PA).





## Xadrez

# Estreante nos Jogos Nacionais leva ouro no xadrez



Estreante nos Jogos Nacionais da Anamatra o juiz Alexandre Klimas (Amatra 15/Campinas e Região) foi o campeão do xadrez em Bento Gonçalves. O talento para a modalidade, que pratica desde os 4 anos de idade, foi herdado de família. O pai do magistrado é da Lituânia, onde o xadrez é disciplina nas escolas.

“Foi uma alegria participar dos Jogos pela primeira vez e com uma vitória. Temos aqui oportunidades únicas de conhecer colegas de várias partes do Brasil”, afirmou o magistrado ao comemorar a medalha de ouro conquistada em jogo contra o bicampeão na modalidade Gustavo Menegazzi (Amatra 12/SC). A terceira colocação ficou com o juiz paraibano Clóvis Barbosa (Amatra 13/PB).

## firmam favoritismo no tênis de mesa





## Futebol

# Clássico no futebol sagra minei e matogrossenses campeões na

A final do futebol society nada perdeu para grandes clássicos do futebol nos estádios país afora. Torcida animada, jogadas talentosas, gols memoráveis e emoção à flor da pele. Assim foi a vitória, nos pênaltis, do time composto por juízes das Amatras 3 (MG), 20 (SE) e 23 (Mato Grosso) sobre a equipe de Santa Catarina (Amatra 12).

“Estamos muito orgulhosos de ter chegado na final e mais ainda em sairmos campeões”, disse o capitão do time vencedor, o juiz Gláucio Xavier. “Agradecemos aos organizadores por terem feito um evento que neste frio nos trouxe calor humano”, completou.

Os anfitriões da Amatra 4 (RS) ficaram com a medalha de bronze no futebol.





# ros, sergipanos Serra Gaúcha

## Artilharia

Tetracampeão. Este é o mais recente título do juiz-atacante Gustavo Menegazzi (Amatra 12/SC), que mais uma vez conquistou o título de artilheiro dos Jogos. Apesar de não ter ganhado a final, o juiz marcou oito gols ao longo do torneio. "Agradeço aos meus colegas de equipe que jogam de maneira a preparar para que eu marque os gols", disse. "Dedico título de artilheiro à minha filha e à minha esposa".



## Goleiro menos vazado

O juiz de Minas Gerais (Amatra 3) Helder Vasconcelos teve duas alegrias no último dia de competições dos Jogos Nacionais da Anamatra em Bento Gonçalves. É que além de levar a medalha de ouro no futebol society, Vasconcelos ganhou o título de goleiro menos vazado pela segunda vez nos Jogos. Em cinco jogos disputados pelo atleta, ele sofreu apenas quatro gols. "Sou o menos vazado por causa do meu time", disse o goleiro, atribuindo o título à ajuda dada pelos companheiros de grupo.

## Torcida

# "Tigres da Amatra 2" são tricampeões em animação

Mesmo com o frio, eles estiveram presentes em todas as modalidades disputadas nos Jogos Nacionais de Bento Gonçalves. Os "Tigres da Amatra 2" – em uma alusão ao bicho de pelúcia Tigrão, mascote da torcida, e ao uniforme preto e laranja –, animaram as mais de 200 partidas dos Jogos Nacionais, várias delas disputadas pelos atletas da Amatra 2. A delegação foi comandada pela presidente da associação, Sônia Lacerda, além de diversos magistrados da 2ª Região e seus familiares.

Com cornetas, apitos, pompons, mas principalmente muita disposição, a Amatra 2 levou para São Paulo o título de melhor torcida dos Jogos Nacionais da Anamatra de Bento Gonçalves, feito que também conseguiu nas edições de 2008 e 2009, no Rio de Janeiro e Bonito, respectivamente.





## Amatra campeã

### Santa Catarina conquista título de Amatra Campeã

1015 pontos. Essa foi a pontuação da Amatra 12 nos Jogos Nacionais da Anamatra de Bento Gonçalves. Com uma delegação composta por diversos juizes-atletas devidamente uniformizados, os catarinenses conquistaram muitas vitórias, entre elas as corridas de 5km e de 10 km e várias provas da natação, além da artilharia do futebol. A segunda colocação ficou com a Amatra 2 (SP) com 950 pontos, seguida pela Amatra 4 (RS), com 905 pontos.



## Aposentados nos Jogos



Diversos juizes do Trabalho aposentados participaram dos Jogos Nacionais da Anamatra, entre eles os atletas veteranos deste ano Adelar Mazeto e Alcides Matte, da Amatra 4/RS, e Arnóbio Pereira da Amatra 5/BA, que foram homenageados com medalhas na festa de encerramento. A ocasião também serviu para um registro da presença dos magistrados no evento, com direito a foto com a diretora de aposentados da Anamatra, Cristina Otonni Valero, que prestigiou os colegas na torcida em diversas modalidades.

## Encerramento

### Humor, música e alegria

Os Jogos Nacionais da Anamatra 2010 foram encerrados em grande estilo. Uma festa marcou o término do evento no hotel Spa do Vinho, no Vale dos Vinhedos. O prefeito de Bento Gonçalves, Roberto Lunelli, esteve presente e saudou os atle-

tas-juizes. "Para nós é um orgulho muito grande recebê-los nesta festa no dia em que Bento Gonçalves comemora 120 anos de emancipação política", contou.

A abertura da festa ficou por conta do humorista gaúcho Guri de Uruguaiana, que apresentou

um pocket show para os magistrados, explicando, com bom humor, as características típicas do povo do Rio Grande do Sul. Logo após a apresentação do artista, a banda gaúcha Dublê embalou a noite com sucessos musicais de todas as épocas.

